

4 MAI 1992

4 JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 - 856-2122 (PABX) - CEP 02598
 São Paulo - SP - Caixa Postal 8005 - CEP 01051 SP - E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 - Fax 265-2297



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável**RUY MESQUITA****Diretores**

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Pressão sobre o Congresso

Naturalmente muito sensíveis a qualquer onda ou maré que se faça na política e na economia, as Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro e os mercados de ouro e dólar no Brasil estiveram particularmente agitados na terça e na quinta-feira da semana passada. Refletindo as críticas de alguns governadores à política econômica conduzida pelo ministro Marcílio Marques Moreira e os naturais boatos que acompanham essas manifestações, o mercado reagiu como se essa política estivesse totalmente derrotada e a economia brasileira fosse mergulhar novamente em uma situação desesperadora, como as imediatamente anteriores aos Planos Collor 1 e 2 e como a que o próprio Marcílio enfrentou entre setembro e outubro do ano passado.

Não há, no entanto, razões objetivas para esses espasmos de pessimismo, que, infelizmente, chegaram a contaminar uma parte do empresariado até aqui francamente otimista. Como mostramos em nosso editorial **E o milagre aconteceu**, de sexta-feira, o ambiente macroeconômico não está de todo ruim, há sinais alentadores de todos os lados, como a inflação medida pelo IGP-M caindo abaixo dos 20% e o bom andamento das negociações com os credores privados externos.

Só há um grande motivo para inquietação: as dificuldades que o governo está enfrentando para manter equilibradas as suas contas, consequência da diminuição da receita tributária, que no primeiro trimestre deste ano foi 14,5% menor do que no mesmo período de 1991. Parte dessa perda de arrecadação é consequência natural da diminuição da atividade econômica e parte é culpa de trapalhadas da primeira equipe ministerial do presidente Collor, como a que permitiu a contestação judicial do primeiro Finsocial e os procedimentos administrativos que quase destruíram a Receita Federal. Para não fechar todo mês no vermelho e ser obrigado a vender títulos ou emitir moeda para cobrir os rombos, o que levaria, quase imediatamente, à explosão da inflação, o Ministério da Economia está atrasando pagamentos de empreiteiras e fornecedores e cortando verbas dos ministérios, a tal ponto que embaixadas brasileiras no Exterior estão sendo forçadas a adotar um meio-expediente para seus funcionários a fim de economizar na conta de luz.

Essa situação, contudo, pode ser revertida. Os assessores do ministro Marcílio acreditam que a arrecadação voltará a crescer a partir de maio e mais intensamente no segundo semestre. Eles apontam três razões para manter essa confiança: primeiro, o pagamento do novo Finsocial, a partir deste mês, que eles confiam não será considerado ilegal pela Justiça como o anterior; uma ligeira melhora na atividade econômica propiciada pela queda, ainda que lenta, da inflação e pela comercialização da safra agrícola; e, terceiro, pelo pagamento antecipado do Imposto de Renda de 1992 das pessoas jurídicas, conforme determina o pacote tributário de emergência aprovado pelo Congresso no final do ano passado. Isso daria para livrar o governo do sufoco em 1992.

Mas, para a reativação da atividade econômica de forma sustentada, em 1993, vai ficar faltando a solução definitiva do problema do déficit público e da escassez de recursos, para investimentos de médio e longo prazos. O que só se conseguirá com a reforma fiscal que o presidente Collor vem tentando realizar desde que tomou posse, com o corte de despesas do governo, com a redução do tamanho do aparelho estatal e com a simplificação do sistema tributário brasileiro, para torná-lo mais eficiente, mais justo e menos pesado para a sociedade. E é o Congresso que tem que aprovar essa reforma.

Está na hora de a sociedade brasileira começar a pressionar sem trêguas seus representantes para que eles tenham responsabilidade e resolvam o quanto antes essa questão em vez de ficar cuidando apenas de eleições e de questões políticas. Exemplo: a decisão do Senado, na quinta-feira, de impor correções bimestrais para o salário mínimo, em lugar das quadrimestrais como o governo queria e a Câmara havia aprovado, foi uma ação tipicamente eleitoreira. Só não há perigo de abrir-se um rombo nas contas públicas por causa disso porque o presidente Collor, cumprindo seu dever, vai vetar a bimestralidade, se a Câmara referendá-la. Muitos parlamentares inclusive votam assim sempre, irresponsavelmente, porque sabem que o presidente da República não vai deixar o desastre acontecer.